

Proteção para o Plano Piloto

De acordo com Carlos Pontes, seu projeto não tem como finalidade única resguardar a qualidade de vida dos moradores dos Lagos. A região serviria para o Plano Piloto como uma espécie de cinturão de proteção. "O Plano Piloto estaria melhor protegido", afirma. O título concedido pela Unesco incluiria Lago Sul e Norte no seleto grupo de cidades brasileiras do qual já fazem parte Manaus (AM), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Brasília (DF) e São Luiz (MA), consideradas verdadeiras obras de arte. Como patrimônio cultural da humanidade, as regiões administrativas em questão e todos edifícios que se encontram dentro delas estariam proibidos de sofrer qualquer modificação que fuja do padrão já estabelecido.

Para Alberto Alves de Faria, presidente do Crea-DF e membro do Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (ex-CTPB), as cidades-satélites não possuem fundamentos que justifiquem seu tombamento pela Unesco. Ele explica que a arquitetura única de Niemeyer e o plano urbanístico de Lúcio Costa, características que os Lagos não possuem, são os fatores que diferenciam Brasília de outras cidades do mundo. Alberto acredita que uma lei distrital que restringisse alterações no Lagos garantiria a preservação da região. "Creio que a Unesco concorda comigo e não concederá tal título", disse o presidente do Crea-DF. Sobre o chamado cinturão de pro-



Administração do Lago Sul aprova e apóia a proposta

teção, Alberto diz gostar da idéia. "Seria uma ótima forma de defender Brasília da explosão populacional que o Distrito Federal sofre e as consequências que a acompanham", explica.

A administradora do Lago Sul, Natanry Ludovico Lacerda, apoia o projeto de Carlos Pontes. Ela garante que levará a proposta adiante. Porém, para assegurar a tranquilidade de sua cidade, esse

não será o único caminho. "Queremos também o título de patrimônio natural da humanidade, a vegetação de cerrado dentro de uma área urbana dá ao Lago um caráter que talvez seja único no mundo", disse a administradora. Natanry acrescenta que até já contactou a Unesco quando, em novembro passado, uma comissão do fundo visitou Brasília. "A comissão recebeu

muito bem nossa primeira solicitação". Segundo a administradora, que também não descarta o uso de uma lei distrital para atingir seu fim, esse ato foi apenas a primeira provocação.

Já a administração do Lago Norte prefere trabalhar a questão com cautela. O administrador Erivaldo Mesquita diz não concordar com a incorporação da região administrativa ao Plano, mas

acredita que a qualidade de vida deve ser mantida e toda atitude que contribua para isso é bem-vinda. "A palavra é descentralizar. Incorporar o Lago Norte ao Plano seria caminhar para trás, porém estudaremos com cuidado a proposta de Carlos Pontes", disse. O administrador pretende que o ar campestre e elegante da região continue existindo, porém a vocação comercial da cidade deve ser explorada.